

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O PROEJA NAS TESES DE DOUTORAMENTO (2009-2018)

Vânia do Carmo Nóbile
Dante Henrique Moura

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a produção do conhecimento acerca do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país, em teses de doutoramento produzidas até o ano de 2018. A pesquisa, de caráter bibliográfico e exploratório, analisou dados obtidos nas 90 teses identificadas no catálogo da CAPES a partir de mecanismos de busca com o metadado "PROEJA", agrupando-os em categorias. Os resultados encontrados indicam que o PROEJA tem acumulado uma produção do conhecimento significativa o que se justifica por se tratar de um campo de conhecimento específico, com desafios à sua implementação, implicando em aspectos que requerem acompanhamento constante.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, EJA, Educação Profissional, Produção do conhecimento.

KNOWLEDGE PRODUCTION ABOUT PROEJA IN DOCTORAL THESES (2009-2018)

ABSTRACT

This study analyzes the knowledge production on the national program of integration between vocational professional education and young and adults education (PROEJA), and post-graduation programs – doctoral theses written until 2018. This bibliographical and exploratory research explores 90 theses. They were identified via capes catalogue, we used the words "PROEJA" on the search tool and set categories. Results show PROEJA has a substantive number of knowledge production. That is justified for it is a specific knowledge área, in addition, it has challenges for its implementation, therefore it requires constant examination.

KEYWORDS: PROEJA, EJA, Vocational Professional Education, Knowledge Production.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) insere-se nas iniciativas de políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP) e vem sendo desenvolvido no Brasil desde o ano de 2005.

O público do Proeja são pessoas jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica e, a despeito do direito constitucional garantido na Constituição Federal de 1988, a realidade brasileira revela que no ano de 2018, de acordo com a Pesquisa Anula por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua/IBGE), a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória foi de 47,4% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019).

Há de se considerar ainda que, de acordo com o mesmo Instituto, a estimativa da população brasileira, para o ano de 2019, passa de 210 milhões de pessoas e ao analisarmos os dados atuais da Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, observamos que em relação às matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) temos apenas 3,5 milhões de pessoas frequentavam esta modalidade (Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2019), enquanto cerca de 100 milhões da população acima de 18 anos não concluiu a educação básica (MACHADO, 2010).

Assim, podemos inferir que o desafio educacional, do ponto de vista da vontade política e das condições técnicas e pedagógicas, para a inclusão deste público tem características semelhantes às dimensões geográficas do nosso país. A obrigatoriedade e a gratuidade legais são condições necessárias ao direito desse público à educação, mas não asseguram sua garantia, haja vista que, o direito igualitário e a ampliação do acesso à educação dependem de outras condições que necessitam ser atendidas.

A partir deste contexto, o PROEJA representa uma possibilidade de contribuir com o reingresso de jovens e adultos à escola, por meio de um curso de EJA integrado à formação profissional. Sua formulação ocorreu num contexto de expectativa de um novo ordenamento político e educacional que se instalou no país a partir do ano de 2003, com a instauração de um novo governo federal no qual se ansiou pela revogação do Decreto nº 2.208/97¹.

Já para sua implantação foram fomentadas várias ações pelo Governo Federal com o intuito de apoiar a fase inicial do Programa. Destacam-se neste contexto, a formulação do Documento Base do PROEJA que defendia a formação continuada de professores e gestores para a construção de um quadro de referência e sistematização de concepções e práticas político

¹ Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e foi Revogado pelo Decreto nº 5.154, em 2004.

pedagógicas e metodológicas para a orientação da continuidade do processo, de modo articulado entre as instituições proponentes e a SETEC/MEC (BRASIL, 2007).

Para a efetivação desta medida várias ações de formação foram fomentadas pelo Ministério da educação no período de 2006 a 2011, de modo significativo. Para fins deste artigo iremos nos deter nas ações de formação inicial e continuada que contribuíram para a constituição de um campo de conhecimento singular que integra a EJA e a EP e, de modo mais específico, na produção do conhecimento sobre o PROEJA, materializado nas teses de doutoramento defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país até o ano de 2018. Cabe dizer ainda que a produção do conhecimento sobre PROEJA é muito mais ampla do que o recorte aqui exposto e inclui a pós-graduação *lato sensu* e os cursos de mestrado, acadêmicos e profissionais.

Neste sentido, esta pesquisa, de caráter exploratório, foi realizada por meio de um levantamento de dados quali-quantitativos e identificou e analisou as teses a partir do seu agrupamento nas categorias: título, autoria, ano de defesa, problema/objetivo central. Os dados coletados foram obtidos no banco de teses da CAPES, a partir da utilização do mecanismo de busca rápida com o descritor "PROEJA".

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira foi realizada uma breve revisão da literatura sobre a temática, seguida da apresentação do percurso metodológico utilizado, bem como dos resultados obtidos e as discussões a partir deles. Para finalizar foi realizada uma conclusão, ainda que provisória, considerando que a produção do conhecimento sobre o PROEJA está em andamento por meio de novas teses que estão sendo produzidas nos programas de pós-graduação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) está institucionalizado sob a base legal do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 que institui o Programa no âmbito federal (BRASIL, 2006a).

Do ponto de vista do amparo legal a articulação da educação com a educação básica para jovens e adultos pode ser desenvolvida desde o ano de 2004 a partir do Decreto nº 5.154, de 23 de julho, que possibilitou a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, por meio de cursos articulados, preferencialmente aos cursos de educação de jovens e adultos, conforme define o § 2º do artigo 3º do referido Decreto (BRASIL, 2004).

Um passo à frente foi dado com dois sucessivos dispositivos legais que antederam o decreto atual do PROEJA. São eles, em ordem cronológica: 1) a Portaria Ministerial nº 2.080, de 13 de junho de 2005 do Ministério da Educação que estabeleceu as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA, no âmbito da rede federal de educação tecnológica. 2) O Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 que instituiu, no âmbito das instituições federais de

educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

A partir destes dispositivos legais, seguiu-se um amplo debate entre gestores, pesquisadores e docentes que resultou na ampliação da possibilidade de atendimento, tanto no que diz respeito aos cursos – ampliando o escopo para cursos de formação inicial e continuada, quanto às redes ofertantes, facultando às instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e às entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical – Sistema S (BRASIL, 2006a).

A constituição do espaço coletivo, participação e diálogo para a formulação do Proeja, “garantiu, ao longo do processo, posturas de comprometimento, sem as quais pouco podemos realizar, considerando as dimensões continentais do país e as singularidades das dinâmicas educacionais em cada território institucional e educacional (MOLL, 2010, pp. 137-138).

Assim, de modo a incentivar a implantação do PROEJA, o Ministério da Educação fomentou diversas ações e dentre elas ações de formação continuada de gestores e docentes. A primeira iniciativa foi a formação por meio de cursos de pós-graduação lato sensu, denominados Especialização PROEJA que foram financiadas de forma progressiva desde 2006 até 2011, sendo coordenadas e desenvolvidas por instituições federais de ensino – Universidades e Institutos, na direção de ações conjuntas e desenvolvidas no sentido de contribuir para a constituição do PROEJA como política pública, embora não tenham sido suficientes.

O objetivo dos cursos de especialização foi:

Formar profissionais com capacidades para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino-aprendizagem e de prever pro-ativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são implementados (BRASIL, 2006b, p. 8).

Segundo Cacho (2016), foram 28 polos ofertantes da Especialização PROEJA, entre 2006 e 2009, totalizando 11.433 matrículas, assim distribuídas: 1.400 em 2006, 3.450 em 2007, 3.794 em 2008 e 2.789 em 2009. Assim, essa ação teve papel importante na formação de profissionais para atuar no Programa e ao longo dos quatro anos ampliou a oferta passando de 15 polos no ano de 2006 para 33 em 2009, com uma cobertura de todos os estados brasileiros.

Entre 2010 e 2011, esta iniciativa de formação continuada para o PROEJA continuou sendo financiada para alguns polos que ainda apresentaram demanda e para aqueles que tinham cursos em andamento. Ainda com relação a esses cursos, é preciso destacar que, por quatro anos seguidos houve um incentivo crescente, seguido de dois anos de diminuição do fomento até a interrupção da oferta partir de 2012 e, considerando que apenas alguns institutos deram continuidade à oferta, demonstra que o incentivo inicial do MEC não foi suficiente para institucionalizar esses cursos de especialização.

A segunda iniciativa faz parte de um conjunto de ações decorrentes do Edital PROEJA-CAPES/SETEC Nº 03/2006, cujo objetivo foi estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa, com a utilização de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes instituições de educação superior (incluída a Rede Federal de Educação Profissional - RFEP), nove projetos provenientes fundamentalmente de consórcios entre universidades e institutos federais foram aprovados e desenvolvidos. A ação dirigida à produção de conhecimentos por meio de pesquisas e da formação de pessoal pós-graduado (mestrado e doutorado) em EP integrada à EJA, contribuiu para desenvolver as proposições curriculares e organizativas na área.

Lacerda e Amorim (2016), na produção de um estado da arte acerca da produção acadêmica sobre o Proeja, entre 2007 a 2014, identificaram que o auge das publicações ocorreu em 2011 e 2012. Para os autores, a concentração de trabalhos concluídos nesses dois anos está

relacionada à política de indução e fomento à pesquisa implementada pela SETEC/MEC em parceria com a CAPES através do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-CAPES/SETEC), Edital n.º 03/2006 (CAPES, 2006), que a partir de 2007 fomentou diversos projetos de pesquisa científica *stricto sensu* para construção de novos conhecimentos que apoiasse a implementação do Proeja. O referido edital previu quatro anos de financiamento das pesquisas e cinco anos para conclusão dos projetos em andamento, o que remete sua finalização ao ano de 2011 (p. 16).

Concorda-se com os autores sobre a relação estreita entre a ação em discussão e a produção acadêmica sobre o Proeja, a partir da política de indução então vigente e com Machado (2013, p.45), para quem a rede PROEJA/CAPES/SETEC representou “[...] uma tentativa de verter esforços na pesquisa no campo da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos”.

Em síntese, os cursos de especialização e as ações inerentes ao Edital PROEJA/CAPES/SETEC foram destinadas à formação de um corpo de formadores de formadores na perspectiva de desencadear processos institucionais voltados à formulação, gestão e execução de cursos do Proeja, assim como para a criação de grupos de pesquisa para produzir do conhecimento nesse campo visando à consolidação do Proeja como política pública e isso contribuiu para a formação de um corpo teórico sobre o PROEJA que mesmo com a finalização da indução ainda vem sendo investigado e sistematizado nas produções acadêmicas em forma de monografias, dissertações e teses, sendo este último objeto de investigação deste artigo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório foi realizada por meio de um levantamento de dados quali-quantitativos que buscou identificar e analisar as teses de doutoramento produzidas no país nos programas de pós-graduação, a partir do seu agrupamento em categorias. Os dados coletados foram obtidos no catálogo de teses da CAPES, a partir da utilização de mecanismos de busca rápida inserindo o metadado "PROEJA" obteve-se o resultado

inicial de 92 teses, mas após a análise 02 teses não foram consideradas, pois apensar de tangenciarem o Programa tratavam de outros Programas como Pronatec e Mulheres mil.

A opção por esta busca se deu por compartilhar com Ferreira (2002, p. 261) para quem os catálogos criam condições para que um

maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, recuperem determinado trabalho, possibilitando a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir. Os catálogos permitem o rastreamento do já construído, orientam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de uma certa área (FERREIRA, 2002, p. 261).

A presente identificação da produção do conhecimento PROEJA nas teses de doutoramento não tem a intenção de organizar o “estado da arte” do Programa, mesmo reconhecendo que o estado da arte de uma determinada temática pode significar “uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

A partir do contexto apresentado e considerando os aspectos de concepção e implementação do PROEJA, o foco deste estudo é o conjunto de teses produzidas sobre o PROEJA e, para tanto, foram realizados levantamentos acerca da produção dos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* registrados no Banco de Teses da CAPES, sendo identificadas teses produzidas entre os anos de 2009 a 2018, destacando que o período de 2005 – ano da criação do Programa, até 2008 ainda não havia tempo possível para a produção de teses, haja vista a duração dos cursos de doutorado.

O resultado dos dados encontrados pode ser observado na Figura 1:

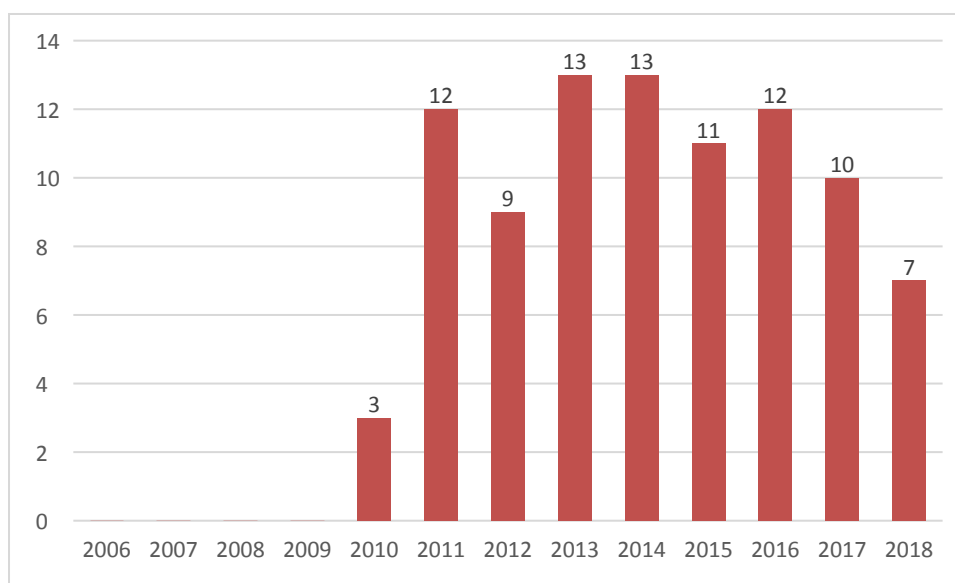


Figura 1 – Produção de teses de doutoramento na pós-graduação *stricto sensu* por ano (2006 a 2018)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos no banco de teses e dissertações da Capes. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 19 mai. 2019.

A análise da Figura 1 permite identificar que até o ano de 2008 nenhuma pesquisa sobre PROEJA, sistematizada em tese, havia sido concluída – fato explicado pela recente implantação do Programa.

O Edital 03/2006 Proeja-CAPES-Setec, que teve vigência de 2007-2011, fomentou e incentivou a produção as linhas de pesquisa das instituições federais – fato que pode ter contribuído e ser explicativo do crescimento observado de 2011 a 2014.

Não cabe, para fins deste trabalho, a explicação das possíveis causas da diminuição do número de teses – fato que encontra causas variadas, mas uma possível está associada ao fim do fomento do Governo Federal à formação continuada para o PROEJA, uma vez que podemos observar a diminuição do número de teses a partir de 2015 – período a partir do qual a produção acadêmica ficou restrita à oferta institucional de cada universidade e/ ou instituto federal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da coleta de dados e da leitura dos dados iniciais como título, palavras-chave e resumo as teses foram categorizadas, como pode ser observado na Figura 2:

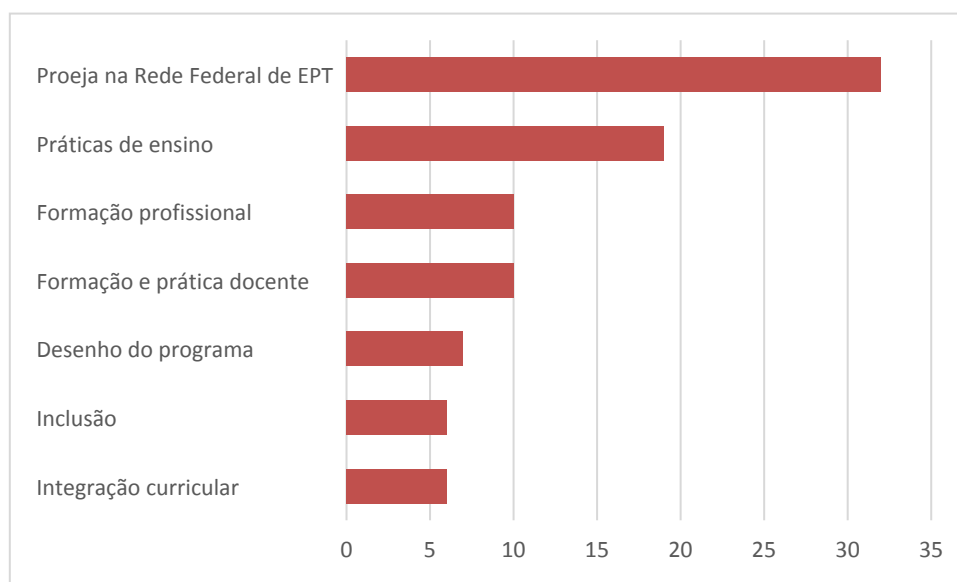


Figura 2 – Resumo quantitativo das teses produzidas de 2006 a de 2018, por categoria.

Fonte: Os autores, em 2019, com base nos dados recolhidos no banco de teses e dissertações da Capes. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

O currículo integrado foi discutido na categoria Integração Curricular, compreendendo 05 teses. Nessa categoria, foram discutidos os movimentos instituintes da integração na escola; o currículo integrado na implantação do Proeja FIC; os desafios do currículo integrado; a constituição de comunidades locais como contribuição para a construção do currículo integrado; e as produções colaborativas dos professores de matemática para a construção do currículo integrado.

Destacamos o trabalho de Costa (2015), que analisou a implementação do Proeja no IFSC e sua configuração no interior dos campi Florianópolis e Florianópolis-Continente em uma pesquisa

que teve como objetivo a investigação da configuração da implantação do PROEJA naquele instituto.

O referido autor destaca nas suas conclusões uma das estratégias adotadas para a busca da integração curricular que é a formação continuada por meio de oficinas nas quais a participação não era contínua e uniforme, com participação maior dos professores da área de educação profissional e em menor número professores educação de jovens e adultos e “não houve participação dos professores da área da formação geral. Esse fato, então, denota uma fragilidade de entendimento da concepção de integração e que se desdobra na dificuldade de elaboração de um currículo integrado” (p.192).

A **Inclusão** também foram categorizadas na produção de 06 teses, entre os anos de 2011 e 2016 e, em relação à categoria **Formação e Prática Docente**, dez teses discutem as políticas de formação continuada para atuação no Programa, bem como os processos identitários de como se formar professor nos cursos do PROEJA.

Nesta categoria, Maron (2013) investiga os cursos de Especialização PROEJA e como os cursistas se apropriaram das concepções de formação inicial e continuada, dos conceitos de integração e trabalho como princípio educativo, professor pesquisador e dos princípios do Proeja. Uma das considerações identificadas na pesquisa foi que esta formação, mesmo que tenha alcançado um expressivo número de alunos “não rompeu com a prática de formação docente pragmática, pontual, precária, frágil e superficial que historicamente caracterizou a formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional no Brasil “(p.236).

Outras 07 teses analisam o **Formulação do Programa** e seus princípios e objetivos, como uma possibilidade de política pública para jovens e adultos, na perspectiva emancipatória, sua relação com trabalho e educação, a intersecção entre as duas modalidades de ensino – educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica – no desenvolvimento do Programa.

Dentre essas teses, Vitorette (2014) discute o PROEJA como política pública de Estado e sua não consolidação, tendo como lócus de pesquisa cinco Institutos Federais – Bahia (IFBA), Espírito Santo (IFES), Goiás (IFG), Farroupilha (IF Farroupilha) e Santa Catarina (IFSC), com o objetivo de investigar o PROEJA como uma expressão de uma política pública inserida na disputa de projetos societários, de concepções e de tensões entre correlação de forças assimétricas na sociedade brasileira capitalista.

A autora destaca a fala de um dos entrevistados que destaca o Documento Base do Proeja “considero este documento o mais avançado na perspectiva dos interesses dos trabalhadores. Ele foi construído por meio de muita luta, de debate oriundo de interesses divergentes, de esforços e movimentos coletivos conquistando essa ação política” (p.229).

Na categoria **Formação Profissional**, foram produzidas 10 teses que tratam de especificidades da formação profissional do jovem adulto, inserção no mundo do trabalho, diálogos e práxis na formação humana, formação inicial e elevação de escolaridade, e sentidos da formação nos cursos do Proeja atribuídos por jovens e adultos.

Baracho (2016) analisou o Proeja no *campus* Mossoró do IFRN, pesquisando os egressos e docentes do Curso Técnico Integrado EJA em Edificações e delimitando como categoria de estudo a formação profissional. Como resultado observou-se que “embora o Proeja ainda se encontre materializado em um Programa do governo federal, potencialmente, apresenta avanços teórico-metodológicos para a EJA do ponto de vista de algumas práticas pedagógicas diferenciadas, como é o caso da articulação entre os conhecimentos expressos por professores e egressos” (p.179).

Na categoria **Práticas de Ensino**, 19 teses pesquisaram acerca do ensino de ciências, física e português, a respeito das implicações do PROEJA na prática pedagógica e sobre este como estratégia de inclusão e práticas de ensino na perspectiva da educação matemática crítica. Freitas (2010) analisou as construções e atividades realizadas de forma colaborativa pelo grupo de professores de matemática do IFES e a contribuição desse trabalho para a concretização de um currículo integrado no Proeja. Segundo o autor, debruçamo-nos em buscar e relacionar as bases teóricas e epistemológicas que poderiam nos dar suporte nesses momentos de crescimento coletivo a fim de compreender o que para nós começa a se consolidar como uma nova modalidade de ensino, o Proeja (p. 23).

Por fim, a categoria mais expressiva em termos de quantidade de teses produzidas foram a que discute o **Proeja na Rede Federal de EPT**, com 32 teses que analisaram temáticas diversas, como: histórias de vida dos estudantes; integração/reintegração no mercado de trabalho dos educandos; inserção profissional e inclusão digital; Pedagogia da Alternância; práticas docentes; avaliação da aprendizagem; práticas educativas/pedagógicas; tecnologias digitais e a prática pedagógica; condições do trabalho docente; qualificação profissional e elevação de escolaridade; e práticas pedagógicas na perspectiva da educação matemática crítica.

Dessas teses, algumas se destacam em relação à implantação e/ou à implementação do Programa, quais sejam: Noronha Filho (2016), que tratou da avaliação do processo de implementação no Proeja no Instituto Federal de Roraima (IFRR), relatando a experiência do *campus* Boa Vista e Castro (2011) que analisou o processo de implantação e implementação do PROEJA no IFG no *campus* Goiânia, apresentando as contradições, limites e perspectivas do programa. Esta autora aponta suas considerações em relação às suas perspectivas do PROEJA, destacando “a importância da transformação do Programa em política pública de Estado, não somente em função do caráter perene e orgânico que passa ter essa ação – ressaltando os aspectos de financiamento – como também da afirmação de uma assunção integral dessa modalidade de educação por parte do Estado” (p. 201).

Albuquerque (2012) pesquisou possibilidades e dificuldades da implantação do PROEJA no Instituto Federal do Ceará (IFCE). O autor analisa o contexto de implantação, destacando que os alunos do Proeja “traziam para a sala de aula, vivências sociais e algumas experiências na área de formação que contribuíam para a melhoria do nível das turmas [...], o maior interesse no curso por parte dos alunos do Proeja, talvez pelas dificuldades enfrentadas para estarem ali” (p.101).

Santos (2014) discutiu a implantação do Proeja na perspectiva de uma política institucional no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Em uma de suas conclusões, o autor destaca que a constituição de uma política institucional para o Proeja no IFAL se faz, primeiramente, “na

presença política de professores e gestores em espaços institucionais onde o debate da EJA seja efetivado; [...] segundo pela construção de um processo contínuo de formação de professores e, pela produção científica da temática do PROEJA por meio de pesquisas” (p.158).

5 CONCLUSÃO

Na produção do conhecimento sobre o PROEJA Inicialmente, por ser um campo teórico novo, imbricado nas políticas de Educação de Jovens e Adultos e das de Educação Profissional – duas modalidades de ensino que caminhavam, historicamente, separadas, centrou-se nas produções de pós-graduação *lato sensu*, fomentadas pelo Governo Federal como forma de qualificar docentes e gestores para o trabalho de implantação e para a docência no PROEJA.

A partir do ano de 2009, já pode ser identificada uma produção significativa de dissertações, teses, artigos científicos e livros, como resultado do Edital nº 03/2006 – PROEJA/CAPES/SETEC/MEC. Essas iniciativas, aliadas aos programas de pós-graduação das universidades e institutos federais, possibilitaram a produção de 90 teses de doutoramento, no período de 2006 a 2018 que aqui foram identificadas e analisadas a partir do agrupamento em categorias: integração curricular, inclusão, formulação do Programa, formação e prática docente, formação profissional, práticas de ensino e Proeja na Rede Federal.

Desta forma, considerando a análise e discussões dos resultados desta pesquisa bibliográfica, uma das conclusões a que chegamos é que, desde o início da sua implantação, o Proeja tem acumulado uma produção do conhecimento significativa que se justifica por se tratar de um campo de conhecimento específico, com vários desafios que se colocam frente à implementação, implicando em aspectos que requerem um acompanhamento e pesquisas constantes, como os identificado nas teses defendidas até então.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Raimundo José de Paula. **Análise do Proeja no IFCE-Campus Fortaleza: possibilidades e dificuldades da institucionalização.** Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFCE, 2013. Disponível em: [http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#!/. Acesso em: 01 mai. 2019.](http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#!/)

BARACHO, Maria das Graças. **Formação profissional para o mundo do trabalho: uma travessia em construção?** Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: UFRN, 2016.

BRASIL. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Documento Base.** MEC: Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. 2006a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Propostas Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Especialização**. Brasília: MEC/mimeo, 2006b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 2.080, de 13 de junho de 2005**. Dispõe sobre diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA no âmbito da rede federal de educação tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaportaria2080.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**, regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 01 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 mai. 2018.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses e Dissertações da Capes**. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 19 jun. 2019

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital PROEJA/CAPES/SETEC Nº 03/2006**. Instruções para Apresentação de Projetos do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/proeja-capes-setec>. Acesso em: 25 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua)**. [online] Brasília: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2018**. [online] Brasília: INEP. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

CACHO, Mylenna Vieira. O curso de especialização em Proeja – Cefet/RN (2007) e suas relações na vida profissional e acadêmica dos concludentes. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – PPGEP, Natal, 2016.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. **O processo de implantação e implementação do Proeja no IFG. Campus Goiânia: contradições, limites e perspectivas**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2011.

COSTA, Ramiro Marinho. **Configurações da política de integração: educação profissional e básica na modalidade de educação de jovens e adultos nos institutos federais de educação em Santa Catarina**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas 'estado da arte'. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em 20 de jun, de 2019.

LACERDA, Claudio Virote; AMORIM, Rodrigo de Freitas Amorim. **O estado da arte das pesquisas de pós-graduação stricto sensu sobre o PROEJA (2007-2014)**. Goiânia, 2016.

MACHADO, Maria Margarido. Avaliação da produção das pesquisas sobre o PROEJA: impactos da implementação do programa. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas: formação docente em educação profissional**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2013 (Série Educação geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

MACHADO, Maria Margarida. Quando a obrigatoriedade afirma e nega o direito à educação. **Revista Retratos da Escola**, 4 (7), p. 245-258, 2010. Acesso em: 5 jun. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

MARON, Neura Maria Weber. **Os cursos de especialização para formação docente do PROEJA: a tecitura da oferta e dos resultados na percepção de cursistas da região sul do Brasil**. Doutorado em Tecnologia e sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba: UTFPR, 2013.

MOLL, Jaqueline. PROEJA e democratização da educação básica. In MOLL, Jaqueline et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.131-138.

NORONHA FILHO, Ananias. **Avaliação do processo de implementação do Proeja: a experiência do Campus Boa Vista-centro do Instituto Federal de Roraima**. Doutorado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2016. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 01 mai. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: PUC-PR, vol. 6, núm. 19, set./dez., p. 37-50, 2006.

SANTOS, Maria do Socorro Ferreira dos. **De patinho feio a cisne: desafios da implantação de uma política institucional para o Proeja no IFAL**. Doutorado em interdisciplinar em ciências humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2014.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do Proeja como política pública de estado**. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2014.